



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (CEC)

PARECER DA CEC Nº 011/2025

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 160/2025 QUE VISA INSTITUIR A SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA INFÂNCIA, COM FOCO NA PREVENÇÃO DA ADULTIZAÇÃO INFANTIL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS.

I – RELATÓRIO

Foi encaminhado à Comissão de Educação e Cultura (CEC) o Projeto de Lei nº 160/2025, de iniciativa da Vereadora Maquivalda Barros, que visa instituir a **Semana Municipal de Conscientização e Valorização da Infância**, com foco na prevenção da adultização infantil, no âmbito do Município de Parauapebas.

A proposta foi acompanhada de justificativa e submetida à análise da Procuradoria Legislativa, que emitiu o **Parecer Jurídico nº 310/2025**, opinando pela **constitucionalidade e legalidade da matéria**, sem apontamento de vícios formais ou materiais.

O projeto tramita em regime ordinário.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Educação e Cultura manifestar-se sobre proposições que versem sobre a política educacional, cultural e social do Município, bem como sobre ações voltadas à proteção integral da criança e do adolescente.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (CEC)

A proposta é meritória e **encontra amparo constitucional e legal**, ao promover diretrizes de política pública voltadas à preservação da infância e à promoção de ações educativas, culturais e intersetoriais destinadas à valorização dessa etapa fundamental do desenvolvimento humano.

A iniciativa parlamentar é legítima, não estando a matéria entre aquelas de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo (art. 53 da Lei Orgânica Municipal). O conteúdo da norma encontra respaldo nos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta previstos no art. 227 da CF88, além de estar alinhado à diretriz de atuação preventiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

Por fim, observa-se que o projeto não cria encargos orçamentários automáticos, sendo dotado de cláusula permissiva quanto à regulamentação e à execução das ações pelo Poder Executivo, respeitando os limites da discricionariedade administrativa.

Diante disso, esta Relatoria opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 160/2025, em sua forma original.

É o parecer deste Relator.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2025.

Alex Ohana - PDT
Relator - CEC



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (CEC)

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação e Cultura (CEC), após análise do Projeto de Lei nº 160/2025, do parecer da Procuradoria Legislativa e do voto do relator, **delibera pela APROVAÇÃO da matéria**, por se tratar de proposição compatível com a legislação vigente e de elevado interesse público.

Estiveram presentes os Senhores (as) Vereadores (as) que assinam o presente Parecer.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2025.

Alex Ohana - PDT
Presidente da CEC
(Comissão de Educação e Cultura)

Erica Ribeiro - PSDB
Membro da CEC

Elvis Cruz - UB
Membro da CEC